

Despacho n.º 04/2012

Ao abrigo do disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 27/03 de 25 de Agosto;

E, levando em consideração as variações dos preços de combustíveis durante o período de 8 de Dezembro de 2011 a 6 de Abril de 2012,

O Conselho de Administração da Agência de Regulação Económica decide proceder à seguinte actualização das componentes variáveis das tarifas de electricidade a praticar pela concessionária Electra S.A.:

TARIFA DE ELECTRICIDADE (ECV/kWh)			
Escalões	Tarifa base (T)	IVA (15% \times 30%T)	Tarifa c/IVA
Baixa Tensão Doméstica			
<= 60 kWh/mês	28\$82	1\$30	30\$11
> 60 kWh/mês	35\$68	1\$61	37\$28
Iluminação Pública	27\$08	1\$22	28\$30
Baixa Tensão Industrial	31\$83	1\$43	33\$27
Média Tensão	27\$51	1\$24	28\$74

O presente despacho entra em vigor a partir de 00:00 hora do dia 27 de Fevereiro de 2012.

Agência de Regulação Económica, na Cidade da Praia, aos 24 de Fevereiro de 2011. – O Conselho de Administração, Presidente Dr. *João Renato Lima*, Administradores *António Francisco Tavares* e *Rito Manuel Évora*.



PARTE G

MUNICÍPIO DA PRAIA

Câmara Municipal

Extracto de Despacho nº 370/2012 – De S. Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal da Praia:

Gabriela Ivete Almeida Lopes, ajudante de serviços gerais da Câmara Municipal da Praia, concedido licença sem vencimento por um período de 6 meses, nos termos do artigo 45º, alínea *b)* do Decreto-Lei nº 3/2010 de 8 de Março, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2012.

Câmara Municipal da Praia, aos 16 de Fevereiro de 2012. – A Directora de Recursos Humanos, *Leila Barros*.



MUNICÍPIO SÃO DOMINGOS

Assembleia Municipal

Deliberação nº 95/2012:

A Assembleia Municipal de São Domingos, reunida na sua 9ª Sessão Ordinária, de 22 de Dezembro de 2011 e no quadro das suas competências conferidas pelas alíneas *c)* e *f)*, do nº 1 do artigo 81º da Lei nº 134/V/95, de 3 de Julho, deliberou:

- Aprovar por unanimidade a proposta da Câmara Municipal que altera o artigo 2º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Inertes, e criar as condições para a cobrança das receitas de Exploração de Inertes na área geográfica do Município de São Domingos.

REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE INERTES

Artigo 1º

Objecto

O presente Regulamento tem por objectivo estabelecer as normas por que se regerá a liquidação e cobrança da taxa por ressarcimento dos prejuízos causados pela exploração de inertes na área geográfica do Município de São Domingos.

Artigo 2º

Incidência

1. A actividade extracção de inertes na área geográfica do Concelho de S. Domingos fica sujeita a pagamento de taxa, à Câmara Municipal, sempre que o produto da extracção se destine, directa ou indirectamente, ao comércio, indústria, transformação ou qualquer outra actividade de natureza económica ou geradora de rendimento.

2. O disposto no presente regulamento aplica-se independentemente de a entidade transformadora, comercial ou industrial ser proprietária, arrendatária, possuidora ou exercer por qualquer outro título essa actividade.

Assembleia Municipal de São Domingos, ao 22 de Dezembro de 2011. – O Presidente, *Bernardo Silva da Fonseca*.